

**PKS**

PUBLIC  
KNOWLEDGE  
PROJECT

**REVISTA DE GEOGRAFIA  
(UFPE)**

[www.ufpe.br/revistageografia](http://www.ufpe.br/revistageografia)

**OJS**

OPEN  
JOURNAL  
SYSTEMS

## **A CIDADE INDUSTRIAL DE CONTAGEM: DA PRODUÇÃO DA METRÓPOLE VIA INDUSTRIALIZAÇÃO À REORDENAÇÃO RECENTE DAS ANTIGAS ÁREAS INDUSTRIAIS**

*Fabiano Rosa de Magalhães<sup>1</sup>*

*1 - Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - Instituto Federal do Norte de Minas – Campus Salinas. E-mail: [fabiano.magalhaes@ifnmg.edu.br](mailto:fabiano.magalhaes@ifnmg.edu.br)*

*Artigo recebido em 18/08/2013 e aceito em 22/12/2014*

### **RESUMO**

O esforço desse trabalho orienta-se pela compreensão dos diferentes ciclos de metropolização que cercam o município de Contagem tomando-se como ponto de partida três momentos distintos, a saber: primeiramente, a metropolização via industrialização, passando pela fragmentação espacial e a reordenação recente do espaço. Nosso foco de análise tem como ponto privilegiado a Cidade Industrial Coronel Juventino Dias. Busca-se compreender o arcabouço político-econômico que estava na base desse contexto. O ponto de partida é a constituição da Cidade Industrial e a miríade de processos que se vinculam à sua implantação. A partir dos anos 2000 as áreas industriais vêm sofrendo um processo de esvaziamento ou sendo substituídas por outras formas de ocupação.

**Palavras-chave:** Metropolização; industrialização; Contagem (MG); fragmentação espacial; Cidade Industrial; inércia geográfica

### ***THE CIDADE INDUSTRIAL OF CONTAGEM: FROM THE PRODUCTION OF METROPOLIZATION BY ROUTE OF INDUSTRIALISATION UNTIL REORDERING RECENT OF OLD INDUSTRIAL AREAS***

### **ABSTRACT**

The effort of this work is guided by the understanding of the different cycles metropolization surrounding municipality of Contagem taking as a starting point three different times, namely: first, the metropolization through industrialization, through spatial fragmentation and reordering recent space. The focus of our analysis privileges the Cidade Industrial Coronel Juventino Dias. We seek to understand the political and economic outline that was based on that context. The starting point is the constitution of the Cidade Industrial and the myriad of processes that link to their deployment. From the 2000s the industrial areas are undergoing a process of emptying or being replaced by other forms of occupation.

**Keywords:** Metropolization; industrialization; Contagem(MG); spatial fragmentation, geographical inertia.

## INTRODUÇÃO

Antes de tudo, consideremos oportuna uma descrição sucinta sobre a cidade de Contagem. Quem a conheceu nos anos de 1980 certamente se lembrará das imponentes chaminés das indústrias e os imensos parques industriais que compunham a paisagem da Cidade Industrial. Nos anos 2000 essas áreas industriais ou mesmo aquelas áreas vazias que estavam destinadas às indústrias, começaram a sofrer algumas mudanças e, em alguns casos, ceder a conjuntos habitacionais ou a instalações comerciais. Algumas áreas ficaram abandonadas. Todas essas transformações são importantes na medida em que indicam mudanças recentes no espaço de Contagem. Essas construções residenciais e comerciais, ou as promessas de moradia/negócios que elas representam, ao que parece, vêm assumindo o lugar que antes era reservado às áreas industriais. São quarteirões imensos e avenidas inteiras tomadas por construções do tipo que estamos mencionando. Essa é a característica, hoje, dos bairros Jardim Riacho, Riacho, Eldorado, Inconfidentes e Industrial, só para ficarmos dentro do circuito da Cidade Industrial de Contagem.

A valorização imobiliária apresenta-se revigorada, basicamente por dois motivos. Primeiramente, porque uma frente de expansão imobiliária vem se intensificando no eixo oeste da RMBH (Região Metropolitana de Belo Horizonte). Nos últimos anos diversas construções de conjuntos habitacionais mais comumente conhecidos como “predinhos” ou também construções de “casas geminadas”, que visam atender à população de média e baixa renda vêm apresentando crescimento significativo em Contagem, por vezes, instalando-se em áreas novas, como é o caso dos bairros Alvorada, Ressaca e Nacional. Em Contagem, assim como em algumas das cidades limítrofes de Belo Horizonte, existem propriedades que ainda não foram parceladas, sobretudo nos eixos oeste e noroeste de Contagem e no município de Esmeraldas. A título de confirmação, ressalta-se a intensa valorização dos loteamentos no município. Um dado também importante, conforme verificamos junto às imobiliárias de Contagem, é que há uma escassez acentuada de imóveis, seja para alugar ou para aquisição.

Essas construções também estão sendo instaladas em antigas áreas reservadas às indústrias, ora deterioradas. Em algumas dessas áreas já podemos perceber o surgimento dos referidos conjuntos habitacionais, seja nas adjacências da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias, ou nas proximidades do Cinco (Centro Industrial de Contagem) e “Cinquinho” (outra área industrial). Ali se verifica uma incipiente reinvenção do espaço urbano, em que as chamadas revitalizações já começam a ser demandadas.

A segunda razão é associada ao incentivo recente que o governo brasileiro vem propiciando ao setor imobiliário, com a liberação de linhas de crédito para a aquisição de moradias para a população de baixa renda. Esse fato, associado ao primeiro, faz com que cresça a demanda solvável por imóveis. Esse setor, usufruindo de tal demanda aquecida – em função do crédito para consumo das mercadorias por ele produzidas - busca novas terras, que são condição geral para o seu ciclo reprodutivo. Daí também o porquê da demanda por áreas que outrora eram reservadas a outras finalidades dentro da área urbana que se tornaram obsoletas, em função das alterações do padrão produtivo industrial, associado às dinâmicas recentes do padrão de acumulação do capitalismo.

Há um conceito que pode ser aplicado a essas áreas degradadas ou obsoletas na metrópole. Este conceito é o de “inércia geográfica”, ou seja, desvalorizadas em virtude de circunstâncias diversas, que, no curso do processo de revalorização, terão atualizadas as rendas fundiárias, das quais se apropriarão os capitais imobiliários, de forma que as construtoras aproveitem a oportunidade e passem a construir os conjuntos habitacionais para o referido público. No contexto de nossa elaboração tal conceito será problematizado devidamente.

O objetivo desse artigo é acompanhar algumas transformações ocorridas na Cidade Industrial de Contagem, ao longo de sua história. Destarte, ao falarmos do micro podemos fornecer pistas para se compreender o macro, ou, mais precisamente, as tendências apontadas pela metropolização e que se materializam na nossa área de estudo. Portanto, mais do que falar na crise da industrialização ou apenas ficarmos na setorização da economia ou zoneamento urbano, o que se pretende é verificar quais operações sócio-político-econômicas se configuram espacialmente na Cidade Industrial. Num determinado contexto da metropolização, a industrialização foi um desses processos e ela era a própria razão de ser da própria metrópole. Noutro momento a industrialização já não é suficiente para explicar a metropolização. Nesse momento revela-se um processo de fragmentação espacial que precisa ser analisado, já que indicará os novos rumos da dessa metropolização.

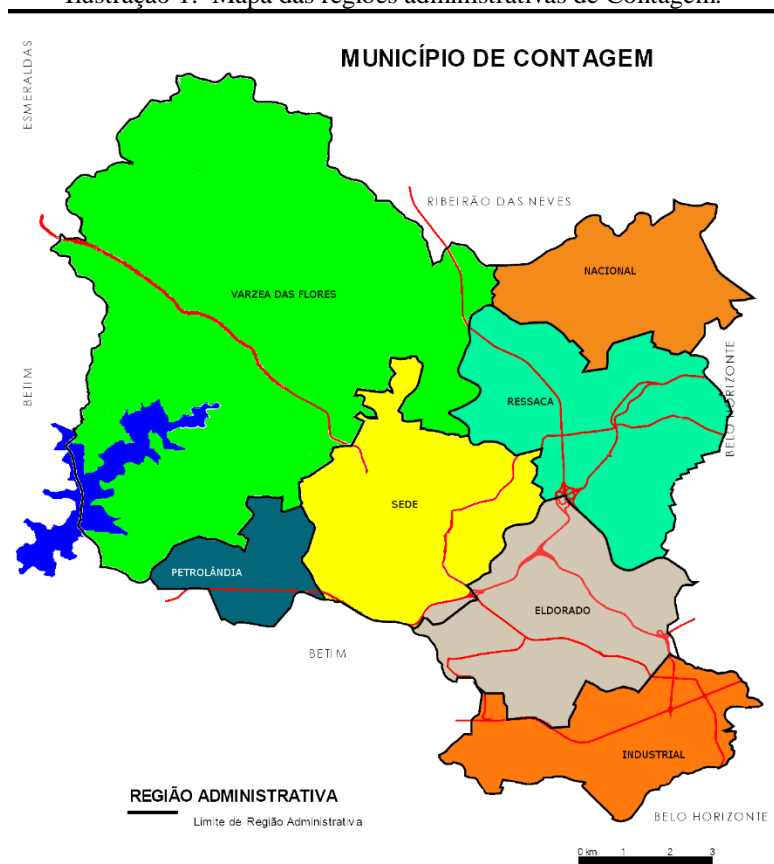
Há uma questão que nos propomos responder ao longo do texto. Trata-se verificar a existência de relações entre os diferentes processos que se consubstanciam no município de Contagem, a saber: o esvaziamento do espaço industrial, a multiplicação de distritos industriais, a fragmentação do espaço e a periferização.

## SOB O SIGNO DE VULCANO

A capital Belo Horizonte foi inaugurada, como se sabe, em 1897. A capital mineira nascera sob os auspícios da República recém proclamada em 1889, cujo ideário, por sua vez, associava-se ao ideário de “progresso” e “ordem”, lemas caros ao espírito positivista que sustentava a primeira leva de republicanos no Brasil (Dulci, 1999; Neves, 1995). Essa foi a própria égide da modernidade que se consolidava no plano esboçado pelo engenheiro Aarão Reis para a nova capital mineira. Desde o seu planejamento, incutiam-se as noções associadas a esse espírito de modernidade que podem ser verificadas no traçado original do projeto, além dos próprios monumentos que a cidade comportava já no seu nascedouro.

Um dos pilares dessa ideia positivista foi a industrialização. Saint-Simon fora um dos maiores defensores do progresso associado às indústrias, concebendo uma organização social “socialista”, seguindo o modelo da fábrica moderna, em que os industriais, cientistas e operários deveriam se articular para assegurar, assim, o progresso da humanidade. Esse modelo, embora comportasse uma pequena desigualdade social, deveria superar a exploração do homem pelo homem, sustentando-se no princípio de uma administração coletiva.

Ilustração 1: Mapa das regiões administrativas de Contagem.



Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente/ Observatório do Trabalho. 2009.

No entanto, as ideias de Saint-Simon não tiveram acolhida entre os republicanos brasileiros. O autor positivista acolhido foi precisamente o seu discípulo, August Comte, cujas proposições em torno do progresso eram dissociadas daquelas noções coletivistas acalentadas por Saint-Simon. As proposições de Comte representavam um conservadorismo muito mais declarado. Suas ideias sobre o progresso e, sobretudo a ordem, foram lemas que se tornaram uma espécie de culto entre os republicanos. Não é por acaso que uma religião positivista, cujos princípios foram propostos por Comte, tenha tido uma relativa aceitação entre os positivistas brasileiros. No Rio de Janeiro essa religião teve até um templo e cultos estabelecidos.

A partir de então, os fundamentos da industrialização foram incorporados ao ideário positivista-republicano, no qual as elites mineiras de primeira leva tanto se inspiraram. Tais fundamentos, no entanto, precisavam se concretizar em um projeto de desenvolvimento para o país. Em Minas Gerais a elite buscou efetivar de fato essa ideia, com a industrialização para a capital recém instalada. E Contagem foi a cidade escolhida para receber um importante parque industrial inspirado nos princípios republicanos em voga. O primeiro impulso mais significativo da metropolização se apresenta pela via da industrialização. Associado a essa dinâmica sucedem-se ciclos de valorização fundiária, inclusão precária e conflitos no chão de fábrica e, além dele, nos bairros operários.

### ***MITOS E DISCURSOS EM DEFESA DA CIDADE INDUSTRIAL***

A Cidade Industrial foi articulada, conforme fizemos notar, sob o prisma da modernidade via industrialização. A indústria moderna era compreendida pelos diversos agentes da elite mineira, como a via capaz de conduzir ao progresso econômico e também social, já que a chegada das fábricas significaria o aumento do nível de empregabilidade.

Todavia, para se abrir o caminho do desenvolvimento econômico, empresários, técnicos e lideranças políticas contaram com a regência marcante do Estado para produzir um arranjo modernizante. Conforme Dulci (1999) o impulso básico da industrialização mineira foi de caráter politizante, isto é, um arranjo externo ao domínio da economia. Em outras palavras, o impulso básico para a industrialização não teve um caráter econômico, como teria ocorrido nos países pioneiros na industrialização, mas sim da politização das organizações industriais. Esse tipo de impulso teve lugar em regiões em que o atraso econômico se fazia presente. Não é o caso de São Paulo, cujo impulso básico foi o econômico. Todavia, é esse o caso da industrialização mineira. Trata-se de uma solução “pelo alto”. Assim, quando as condições não se fazem devidamente presentes, entra o Estado para suprir as lacunas, criar as condições para

a “arrancada econômica” via industrialização. Esse modelo, conforme Dulci (1999), pode se aplicar também à produção de regionalização pela via do Estado.

Forjava-se no discurso político mineiro, o discurso-mito da indústria como via para o progresso. As chaminés das fábricas inspiravam uma confiança tamanha que o próprio Governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, em um discurso proferido no início dos anos de 1950, via o progresso assentado em “cada golfada de suas chaminés (das fábricas)”. Ironicamente, as mesmas chaminés que originalmente foram apresentadas como sinônimo de progresso, duas ou três décadas depois tornar-se-iam símbolos da poluição causadora de sérios problemas respiratórios na população.

Em síntese, naquele primeiro momento, a Cidade Industrial foi representada cotidianamente como um desejo de todos, sobretudo porque representava “(...) o sonho, esperanças que “se materializam em pedra e cimento”. A técnica ocupa lugar privilegiado, tal a grandeza de seu significado. Tudo caminha em ritmo acelerado, peculiar ao progresso.” (Neves, 1995, p.37).

Fumaça, chaminés e os grandes galpões eram sinônimo de braços sendo empregados. Vulcano a martelar (barulho, vapores, fogo, metais sendo transformados pela indústria): esta era a mitologia que embalava os sonhos dos ideólogos da Cidade Industrial.

No bojo desse discurso-mito, outro discurso se emaranhava: a organização da cidade-metrópole. A Cidade Industrial de Contagem impulsionou, de imediato, o sonho do emprego para os trabalhadores. Um sonho que atraiu inúmeros trabalhadores, provenientes de diversos lugares. Para muitos, no entanto, essa promessa não foi cumprida, uma vez que nem todos conseguiram empregos nas indústrias. Já para aqueles que conseguiam a sua vaga no segmento industrial, a promessa significou mais um pesadelo do que um sonho. É o que conta Ignácio Hernandez (Hernandez, 1979), um ex-padre operário que, devido ao seu compromisso político com os trabalhadores, resolveu empregar-se nas fábricas de Contagem. Os seus relatos revelam as precárias condições de trabalho e de moradia nas quais viviam os operários de Contagem, sobretudo no período que vai de 1972 a 1980, o período do “Milagre Brasileiro”.

Há uma dialética entre fábrica e bairro nesse primeiro momento de reprodução da metrópole. Pensamos que a reflexão sobre as transformações dos espaços industriais, ao longo do século XX nos permitiria situar também as transformações dessa relação fábrica-bairro, nas suas múltiplas dimensões. Uma imagem nos ajudaria a compreender essa dialética. É a imagem das moradias sendo invadidas pela fumaça vinda das chaminés. Fato bastante comum em Contagem, sobretudo nas primeiras décadas de atividades fabris. A fumaça espelhava o

progresso, na linguagem da elite mineira. Todavia, há uma associação que também pode ser retirada dessa metáfora: naquele momento, e especialmente em Contagem, a produção da metrópole se vinculava à industrialização, daí a imagem da fumaça “invadindo” as casas. Num momento posterior, a luta pela moradia e contra a poluição, além das investidas recentes do setor imobiliário, vão contribuir para inverter aquela primeira imagem, substituindo-a pela imagem de novos parcelamentos e construções ocupando o perímetro da Cidade Industrial.

***Contradições do mito do progresso: negação de direitos***

As contradições do mito logo apareceram. Conforme levantamento de Ferreira (2002, p. 15):

*O município teria passado a abrigar uma Cidade Industrial, populosa, fragmentada e desagregada, com fortes vínculos com Belo Horizonte e graves problemas ambientais e sociais. (...) Tornou-se um agregado de bairros populares e periféricos, distribuídos por operários e trabalhadores de baixa renda. Uma cidade industrial, cujo ambiente construído resultou da combinação entre a especulação imobiliária e a planificação industrial (...).*

Essas contradições se apresentaram sob a forma de negação de direitos. Grosso modo, dois direitos eram desconsiderados, a despeito do discurso do progresso. São eles: direito à moradia e direito ao trabalho. O direito à moradia sequer fora incorporado ao discurso dos agentes que estavam por trás da industrialização. Já o direito ao trabalho, muito embora tenha se efetivado em alguma medida a promessa da empregabilidade, ela não significou a melhoria das condições econômicas, além de não incorporar maioria dos trabalhadores da metrópole.

De fato, o que se tem com os processos de metropolização, desde a industrialização, até os novos processos posteriores é aquilo que José de Souza Martins (1997) denomina de inclusão precarizada, termo que contrapõe-se à ideia equívoca de exclusão social. Costumeiramente somos tentados a falar de exclusão social, quando nos referimos à negação de direitos, tão habitual tem se tornado a utilização desse termo. A inclusão precarizada é, portanto, parte inerente à própria lógica de acumulação capitalista.

Desta forma, a primeira contradição associada ao processo de industrialização, ou mais precisamente o primeiro direito negado, teria sido o direito à moradia, ou ainda, de um modo mais amplo, o direito à cidade, conforme Lefebvre (2001). Logo que os empresários do setor industrial foram assimilando a Cidade Industrial como espaço viável para suas instalações, os grandes grupos imobiliários passaram a atuar também na região industrial. Conforme levantamentos realizados por Neves (1995), já no final dos anos de 1940, 113 loteamentos surgiram, tendo como referência o eixo industrial de Contagem. Uma empresa, a Compax

Exportação, Importação e Vendas S/A, adquiriu grandes extensões de terra nas proximidades da Cidade Industrial.

Esses loteamentos foram intensificados a partir dos anos de 1950. Nesse contexto surgiram alguns bairros: Bandeirantes (1952), Beatriz (1953), Flamengo (1953) e Inconfidentes (1953).

Destarte, muitos bairros da porção sudeste/sul de Contagem tiveram sua origem associada à dinâmica industrial. O Bairro Industrial é o caso mais típico. Surgiu no auge da industrialização de Contagem e esteve associado, num primeiro momento, às relações fabris. Uma relação permeada por inúmeros conflitos, consubstanciados na valorização imobiliária das áreas adjacentes ao perímetro industrial, além da negativa ao direito de morar para a maioria dos trabalhadores que ali aportavam o que, em última instância, iria se solidificar na formação de diversos espaços de segregação social, ou mais precisamente nos chamados “bolsões de pobreza” que emergiam nas áreas circunvizinhas ao perímetro industrial.

Não obstante, *pari passu* aos loteamentos e à instalação das indústrias, surgiram também cedo as primeiras contradições que marcariam fortemente as áreas circunvizinhas à Cidade Industrial. Contagem passou a ser dividida entre uma cidade oficial, com a regência da indústria; e uma cidade clandestina. A cidade oficial, aquela afirmada no discurso das elites mineiras, não comportava senão os agentes mais diretamente associados aos capitais que comandavam a industrialização. Do lado da propriedade da terra, os loteamentos acima mencionados não visavam atender a maioria dos trabalhadores das indústrias recém instaladas, cujo poder aquisitivo não lhes permitia a compra de um lote. De fato, tais loteamentos eram destinados à população de classe de renda média. Quanto aos proprietários e altos executivos das indústrias, preferiram residir em Belo Horizonte e municípios vizinhos, que apresentavam um leque maior de serviços.

Desta forma evidenciava-se um dos primeiros furos da promessa de bonança tão bem disseminada pelas vozes da elite mineira. Os dividendos do progresso vinculado ao segmento industrial não seriam compartilhados por todos. Os trabalhadores foram alijados da partilha. Esse contexto de inclusão precarizada não se fez sem a intervenção prestativa do Estado, conforme aponta Neves (1995, p.45): “O governo tudo proporciona às indústrias em termos de empréstimos, obras de infraestrutura, etc., mas não existe qualquer política para os trabalhadores que ali chegam como força de trabalho.”

Com a intensificação do processo de industrialização, sobretudo entre os anos de 1950-1960, as áreas adjacentes à Cidade Industrial começaram a ser ocupadas de forma clandestina, quando



surgiram os primeiros aglomerados de operários que vinham buscar alternativas de trabalho nas indústrias. A cidade oficial, o círculo planejado hexagonal, não fora planejado para receber os trabalhadores (Neves, 1995).

Assim, paralelamente à cidade oficial, marcada pelos loteamentos e a presença de grandes indústrias, algumas das quais ligadas ao capital estrangeiro, uma cidade clandestina ia sendo erguida. Essa cidade era marcada pela precariedade das condições de infraestrutura básica e dos serviços. Tão logo as indústrias foram chegando, algumas vilas e favelas foram também surgindo, literalmente, da noite para o dia<sup>1</sup>. A “Vila dos Marmiteiros” foi uma das primeiras a ser erguida (1947). Depois foram surgindo outras, tais como a “Favela da Vaquinha”, que ficava nas proximidades da fábrica da Itambé, uma grande indústria de laticínios; “Vila Itaú” (ou Dom Carmelo), nas proximidades da Fábrica de Cimentos Itaú; “Vila Frigo Diniz”, também no perímetro da Cidade Industrial. Esta última teria surgido a partir dos trabalhadores do antigo Frigorífico Diniz.

Outro direito negado nesse movimento da industrialização foi o direito ao trabalho ou o direito ao trabalho digno. Apesar do discurso otimista da elite mineira com relação ao progresso via industrialização e a promessa do trabalho, a implantação da Cidade Industrial representou uma inclusão precária dos trabalhadores de Contagem, sobretudo daqueles que vieram acalentados pela esperança de conseguirem um emprego nas indústrias recém instaladas. É verdade que a industrialização induziu o surgimento de bairros nos entornos da Cidade Industrial, fato que inclusive funcionaria como repositório da força de trabalho industrial, uma das demandas dos empresários. E é também fato que as indústrias empregavam parte desses trabalhadores. Todavia, é preciso enfatizar que uma grande parte dos trabalhadores que por ali aportava não chegou a ser incorporada ao trabalho industrial. Era um dos lados da promessa que deixava de ser cumprida. Tal promessa também deixava de ser cumprida para a grande maioria daqueles que foram incorporados ao chão de fábrica, já que as condições de trabalho eram aviltantes, com excesso de jornada de trabalho e insalubridade, além do próprio salário que não era suficiente para que os trabalhadores conquistassem o seu direito à moradia.

### ***ESPAÇO DE RESISTÊNCIA***

Não obstante, os trabalhadores e os moradores não assistiram passivamente à negação de seus direitos. A Cidade Industrial foi palco de intensas mobilizações pelo direito ao trabalho

---

<sup>1</sup> Neves (1995) informa que algumas ocupações eram ocorriam mesmo durante a noite e de forma muito rápida.

e também pelo direito à cidade, sobretudo nos contextos de intensificação da repressão política dos militares contra as diversas formas de organização social. Assim, o final da década de 1960 e final dos anos de 1970, ficaram marcados pelas respostas organizadas dos trabalhadores, sobretudo nas Greves de 1968 e a organização operária e popular no final dos anos de 1970.

Essas mobilizações operárias no chão de fábrica também tiveram seus desdobramentos na politização dos movimentos de bairros operários. Ali foram fermentando diversos movimentos de luta pelo direito à cidade. Os trabalhadores percebiam que a luta deveria extrapolar o universo do local de trabalho. De outro lado, muitas questões relacionadas aos dilemas do mundo do trabalho foram discutidas no espaço dos bairros, seja nas igrejas, nos sindicatos e nas associações de bairros.

Essas lutas foram se multiplicando. O “Jornal dos Bairros”, importante veículo alternativo de comunicação, vinculado aos movimentos sociais, criado nos anos de 1970, agregava as diversas lutas populares, constituindo-se um espaço político que ia desde a articulação das denominadas “Oposições Sindicais”, passando pela luta pelo transporte urbano, até às reivindicações pela melhoria das condições de infraestrutura dos bairros<sup>2</sup>. Diversos ativistas, entre estudantes, padres e operários fizeram opção de morar naqueles bairros (sobretudo nos bairros Industrial, Amazonas, Riacho e região do Barreiro), como forma de se aproximar das condições operárias ou, como era mais comum no linguajar militante, para se “proletarizar”. Essa é a história do ex-padre operário Ignácio Hernandez (1979) e também a história de Gilson Melo. Gilson, ex-assessor do Departamento Cultural do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte, militante da Centelha<sup>3</sup> no final dos anos de 1970, e, posteriormente militante do Partido dos Trabalhadores, relatou-nos em entrevista essa experiência de “proletarização”.

*A minha formação: eu não concluí o terceiro grau, eu fiz dois anos de Sociologia na Federal – isso em 1979 e 1980 – e o meu vínculo político naquele tempo com determinada corrente política (A Centelha) apontava muito na ideia da proletarização. Era muito a busca de ir à classe operária, né? Então naquele momento eu fiz a opção de sair da Universidade pra ir participar dos movimentos sociais. Embora desde aquele tempo eu já estava morando na periferia. Eu não fui na periferia. Eu morava no Barreiro desde 1972. (...) morava então numa região operária e que depois vai ter um papel muito grande na retomada dos movimentos sociais ao longo da década, final da década de 1970 e anos 1980. A minha primeira grande participação política foi na*

<sup>2</sup> Sobre o “Jornal dos Bairros” veja Almeida (2008).

<sup>3</sup> A Centelha foi uma organização de esquerda, de orientação trotskista, surgida em 1977 por ocasião das eleições para o Diretório Central dos Estudantes (DCE-UFMG). Uma das orientações desta organização era a inserção dos seus militantes na região industrial de Belo Horizonte, tendo em vista aproximar-se do operariado (ÂNGELO, 2008; SILVA, 2009).

*fundação do Partido dos Trabalhadores e, simultânea à construção do PT, a inserção no movimento comunitário da região do Barreiro.*

*O movimento comunitário na região do Barreiro ele ressurgiu junto com núcleo do PT no Barreiro de Cima. E desde então é destacada uma questão que foi considerada a questão mais grave na região, que era o transporte. E isso resultou na criação do movimento da melhoria do transporte coletivo da região Industrial. Foi um movimento muito marcante no final da década de 70. Movimento aí de 79 até 84. Foi o ponto de auge dele. (informação verbal<sup>4</sup>).*

O referido momento era marcado por uma relação simbiótica entre bairro e a fábrica. Assim, a fábrica politizava o bairro e o bairro politizava a fábrica. Era um fermento de lutas que irradiava a partir da Cidade Industrial e chegava a outras regiões da RMBH.

Tal relação foi também quebrada a partir da emergência das políticas neoliberais, a partir dos anos de 1990, donde uma das consequências políticas associadas à fragmentação/flexibilização, além do afastamento entre bairro e indústria, foi também produzir uma despolitização do trabalhador e do morador, sobretudo pela separação entre os dois. Desta forma, como nunca dantes, o trabalhador teve suas condições de trabalho ainda mais aviltadas, além de passar a conviver com formas de trabalho cada vez mais precarizadas. O trabalhador não se encontra com o trabalhador, seja porque o trabalho formal vem perdendo sua força, seja porque aqueles que estão inseridos na indústria já não se situam como moradores de um mesmo bairro<sup>5</sup>. Isso já não ocorre mais, dada a explosão da cidade em muitos fragmentos. Outrossim, a condição de trabalho precário e suas inúmeras formas já não permitem o encontro com os demais trabalhadores<sup>6</sup>.

## **OU O TOQUE DA MEDUSA? AS ÁREAS INDUSTRIAIS DE CONTAGEM E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA**

Se o primeiro momento de produção da metrópole via industrialização trouxe consigo as contradições representadas pela negação dos direitos ao trabalho e direito à cidade, na fase da flexibilização/fragmentação que precisamente caracteriza os processos de acumulação no contexto do capitalismo tardio, tal negação não foi equacionada, sendo, por vezes, inclusive

<sup>4</sup> Entrevista realizada em 14 de agosto de 2007, como parte de dissertação de mestrado (MAGALHÃES, 2008).

<sup>5</sup> Hernandez (1979) relata a convivência dos trabalhadores na fábrica e, depois do expediente, nas festas e nos mutirões organizados pelos trabalhadores no bairro. Os trabalhadores se encontravam no bairro.

<sup>6</sup> A propósito dessa perda da condição de trabalho formal, Castel (1998) sugere que vem ocorrendo uma desfiliação social dos trabalhadores. As formas de trabalho precário não permitem uma vinculação social, tal como ocorria com os trabalhadores formais que se encontravam no local de trabalho.

intensificada. Produziram-se igualmente as negações acima, muito embora com requintes próprios ao novo momento de (re) produção do espaço na metrópole.

A constituição da fragmentação espacial e da periferização repete a negação do direito à cidade e o direito ao trabalho. O direito à cidade é negado, primeiramente, pela precariedade do transporte público. Tal situação foi dramática para os moradores de Nova Contagem – bairro distantes, situado a noroeste do município, na regional de Várzea das Flores (Ilustração 1). Em função das longas distâncias, os moradores eram obrigados a se deslocarem a pé, cerca de 15 km até o ponto de ônibus mais próximo, para percorrer outros cerca de 10 km até a Cidade Industrial. Devido a essa situação, os moradores viam-se excluídos do acesso à sede administrativa e comercial, onde se localizam os serviços. Decorre dessa precariedade também outra contradição: a inclusão precária se apresenta também com relação ao direito do trabalho. Grande parte dos empregos está concentrada no centro comercial (Eldorado) e nos distritos industriais. Todavia, estes empregos eram negados aos moradores de bairros distantes, já que o custo do transporte geralmente tornava-se um impedimento para contratar trabalhadores em áreas distanciadas. Ademais, a própria condição geográfica do município, cujos limites físicos são pressionados pelos municípios vizinhos, torna-se um fator que tanto atrai, quanto dispersa a mão de obra entre os municípios da RMBH.

Nessa e em outras áreas precarizadas o direito à cidade também é negado, dadas as precárias condições de infraestrutura e serviços disponíveis, tais como a rede de água e saneamento básico, além dos serviços básicos essenciais, tais como escolas e postos de saúde.

### ***A CIDADE FRAGMENTADA***

O direito à cidade também é negado através da fragmentação da cidade, sobretudo quando esta fragmentação implica em segregação de parte da população ao acesso aos serviços básicos e também à própria cidade. Assim, se num primeiro momento o direito à moradia não é contemplado no projeto de industrialização de Contagem, na sua primeira fase, num segundo momento, mais precisamente entre os anos de 1970 e 1980, com as áreas “centrais” (Cidade Industrial e Eldorado) ocupadas, a cidade passa por novo ciclo de organização do espaço. Há um esforço deliberado de esvaziamento das referidas áreas, com a retirada de algumas vilas e favelas. A partir de então, verificou-se a produção, via Estado, de nova segregação espacial,

esforço que encontrou similitudes na própria RMBH<sup>7</sup>, assim como em outras metrópoles brasileiras, a exemplo do Conjunto Cidade de Deus, no Rio de Janeiro.

A propósito, Martins (2007) num artigo que discute o filme e livro *Cidade de Deus*, faz algumas considerações sobre as operações de erradicação de favelas, ocorridas no Rio de Janeiro na década de 1970. A atuação do Estado foi essencial para produção da chamada expansão periférica.

*(...) o programa de remoção de favelas, articulado ao programa habitacional, não apenas propulsionou as próprias favelas que objetivava erradicar, como impulsionou a chamada expansão periférica, na medida em que práticas como a venda dos direitos (denominadas pela socióloga como “práticas de distorção do sistema”) viabilizaram a compra do lote no loteamento dito popular e/ou a construção da casa própria. Ocorre que a formação social brasileira é pródiga em exemplos de que as populações que se encontra(va)m em espaços tidos por deteriorados, lenta, ou no mais das vezes brutalmente alcançadas pelo movimento de valorização do espaço - para cuja efetivação é imprescindível a atuação do Estado, para a concertação e viabilização dos interesses envolvidos na redefinição dos patamares de capitalização, inclusive e sobretudo das propriedades imobiliárias – não são as destinatárias dessa ação. Daí porque a atuação do Estado, orientada por tal perspectiva, implica a expulsão dos considerados incômodos e/ou inconvenientes, dos que no fundo são tomados como coisas porque não compõem a demanda solvável correspondente às exigências dos novos patamares da monetarização das relações sociais. A valorização do espaço implica portanto o aprofundamento da proletarização, que é um dos fundamentos da reprodução desta formação social. Essa essência sempre se manifestou nos diversos momentos das chamadas reformas urbanas, codificadas e recodificadas de acordo com a complexificação das circunstâncias envolvidas: embelezamento, higienização, melhoramentos urbanos, até as chamadas revitalizações, requalificações... dos diferentes espaços urbanos. Todos esses momentos implicaram em retirar das cidades os esbulhados de sempre. (Martins, 2007, p.15)*

Em Contagem, o Conjunto Residencial Nova Contagem surgiu no mesmo contexto político e econômico, marcado pela intensificação das lutas sociais pelo direito à cidade, de um lado, e, de outro, pela solução conservadora/autoritária apresentada pelo Estado. Nova Contagem é um bairro distante dos centros: comercial (Eldorado), industrial (Cidade Industrial/Cinco) e administrativo (Sede).

Em 1984, num contexto de pressão dos movimentos sociais de Contagem e mesmo da RMBH, o então prefeito Newton Cardoso (PMDB), decide implantar o referido conjunto. Tratava-se de uma jogada política que visava “matar dois coelhos com uma só cajadada”. De um lado, atendia às demandas do segmento imobiliário que almejava a desocupação das áreas

---

<sup>7</sup> Exemplos dessa segregação espacial são abundantes na Região Metropolitana de Belo Horizonte. É o caso dos loteamentos de Ribeirão das Neves, nos anos de 1970 e o distrito de Citrolândia, em Betim. Estranha-se a escassez de produção acadêmica acerca dessas regiões da RMBH.

centrais para novos investimentos; de outro, numa jogada populista, atendia às demandas crescentes em torno da luta pela moradia. Antecipava-se, pois, às demandas dos movimentos pela reforma urbana, passando-se como o benfeitor da população empobrecida, o que, conseqüentemente, lhe rendeu dividendos políticos posteriores.

Assim, a despeito de erradicar o problema de sub-habitação via remoção das populações de áreas de risco, o que a rigor eram somente aquelas situadas nas áreas centrais, de fato o que se promoveu foi uma abertura de áreas do “centro” para a especulação imobiliária<sup>8</sup>. Com efeito, o que se verificou, ao fim e ao cabo, foi um verdadeiro engodo. Tratava-se de uma mudança pelo alto para se evitar a ruptura com o padrão/ordem vigente. Produzia-se uma forma de “limpar” os centros, conduzindo os “indesejados” para os conjuntos habitacionais.

*Não há dúvidas de que a proletarização é compreensível pela periferização, bem expressa pela constituição de conjuntos habitacionais e/ou loteamentos, não raro localizados muito distantes do tecido urbano edificado, para onde são deslocados os que compulsoriamente não cabem mais nos espaços (re)valorizados. (Martins, 2007, p.16)*

Essa ação política resultou na formação de um novo “bolsão de pobreza”, que apresenta, ainda hoje, os piores indicadores sociais do município. A promessa não foi devidamente cumprida e o que se tornou evidente foi a ocupação precária daquela região. Os moradores foram abandonados à própria sorte, sem acesso aos serviços básicos, como escolas, postos de saúde e transporte. Diante dessa situação, cresceu o número de loteamentos irregulares, com ausência de documentação dos imóveis, fato que somente agora – e mesmo assim muito lentamente – vem ocorrendo uma tentativa de regularização do registro dos imóveis dos moradores de Nova Contagem.

Tal contexto se encaixa precisamente na abertura de uma nova etapa de realização do capital. A metrópole explode em diversos loteamentos distantes. Acompanhando essa mudança na produção e reprodução do espaço metropolitano, evidencia-se também uma mudança no padrão de acumulação do setor industrial. Inicia-se um período de do setor, na década de 1980, expressando-se na demissão de trabalhadores e fechamento de empresas. A esse período deu-se o nome de reestruturação produtiva, que também implicou na realocação das indústrias. Em Contagem, precisamente na Cidade Industrial, o declínio da taxa de emprego já ocorrera no final dos anos de 1960, quando 20 empresas de grande porte fecharam suas portas.

---

<sup>8</sup> Martins e Gomes (2009) explicitam os limites dessa expressão.

Uma mudança no padrão de ocupação do espaço estava a caminho. Destarte, *mutatis mutandis*, o processo que leva ao esvaziamento da região industrial apresenta-se num contexto que também conduziu à ocupação de áreas distantes no município de Contagem.

### **A PRODUÇÃO DO PARCELAMENTO E FRAGMENTAÇÃO**

O capitalista, no sentido mais estrito do termo, sempre tem um planejamento a médio ou longo prazo. Ledo engano pensar que o agente capitalista se satisfaz com o lucro imediato, com o rendimento expressivo de uma partida só. Não. Esse indivíduo que assim procede não é o capitalista, rigorosamente falando. Antes, seria melhor dizer que se trata de um jogador ou aventureiro. A rigor, a acumulação capitalista requer investimento e re-investimento e não simples ou ocasionais lances na partida. Afinal, como já dizia Marx, é o capitalista, enquanto personificação do capital, que está a serviço deste, de seu movimento *ad perpetuam rei memoriam*, e não o contrário.

Valemo-nos destas considerações para pensar o que se passa na produção do espaço urbano. A acumulação não se faz em um único lance. Isso explica, em parte, a existência dos espaços vazios na cidade, além de áreas degradadas à espera de uma revitalização. O senso comum interpreta o não parcelamento ou loteamento de algumas áreas como uma inevitável perda da partida que se joga no capitalismo. Vê as áreas vazias ou degradadas como uma forma de desperdício de oportunidade e, não raro, apela-se ao poder público para que tome medidas no sentido de tornar aquele espaço degradado em lugar atraente. Muitas vezes, a degradação de áreas se encaixa como peça importante da produção do espaço. Na perspectiva de produção da metrópole é comum a obsolescência dos centros e a concomitante (e constante) constituição de novas centralidades em outros espaços (Singer, 1982).

São peças integradas à produção/reprodução do capital via produção do urbano. O que não quer dizer que a simples degradação ou imobilização de um espaço seja funcional, em si. Uma coisa é a produção (programada) de espaços degradados. Outra coisa é a imobilização de capital. Enquanto a primeira pode ser parte integrante do próprio processo de acumulação de capital, a segunda forma pode ser compreendida como um problema.

A propósito entramos numa seara complexa. Há um problema associado à mudança da “centralidade” industrial, ou ainda, das antigas matrizes industriais, que requeriam áreas significativas e construções bastante ampliadas. Com o advento do chamado modelo de acumulação flexível, o capitalista já não precisa de grandes espaços e construções para fixar as suas indústrias. A partir desse momento aquele agente precisa resolver o problema do capital imobilizado, consubstanciado na propriedade da terra, e do capital fixo, representado pelas

construções e máquinas. Uma avaliação mais acurada nos possibilita entender que essa forma de capital encontra problema na realização da mais-valia.

Para Harvey (1990), um dos problemas que o capitalista precisa resolver é fazer com que o capital circule mais rapidamente, ou seja, que efetive a mais-valia, realizando os valores coagulados nas mercadorias para que o ciclo de reprodução ampliada do valor possa ser retomado. Para tanto, o setor imobiliário se faz valer de estratégicas alianças com outros setores, ou, por outra via, outros setores buscam o imobiliário para realizarem o capital. Por conseguinte, para o setor imobiliário, muitas vezes a realização do capital se dá com a propriedade da terra, da qual pode-se valer para obter outras vias de ganhos.

Harvey (1990) apresenta-nos algumas proposições que merecem ser consideradas antes de avançarmos na linha de raciocínio já iniciada acima. Segundo ele, se o capital (em forma de dinheiro) fica parado na fase em que o capitalista vai comprar mercadorias no mercado, então ocorre aí um processo de entesouramento, o que, a rigor, nega a efetivação das demais etapas pelas quais o capital deve passar até realizar a mais-valia ( $D - M - D'$ ). Assim, se o capitalista compra a propriedade e não a vende ou busca outras formas de “ganhar dinheiro” através do seu título de propriedade<sup>9</sup>, ele não está sendo um capitalista, estritamente falando. De fato o que ocorre é que, seu dinheiro, que é capital em potência, não está sendo transformado em capital em ato. Está apenas se transformando em proprietário de terras. Com efeito, aquele indivíduo que recebeu uma propriedade por meio de herança e resolve aguardar a valorização do imóvel para realizar a venda, não está sendo um capitalista, sobretudo porque uma das condições *sine qua non* do capitalismo é o investimento que permite extrair sobretrabalho. Assim, não é a posse de uma quantidade de lotes na cidade<sup>10</sup> que vai torná-lo um capitalista do ramo imobiliário. Assim sendo, é preciso que esse indivíduo atue como um organizador da produção, ou seja, que atue como um legítimo agente do setor imobiliário, buscando as oportunidades de fazer girar o seu capital e acelerar a efetivação da mais-valia.

No setor imobiliário, os tempos de circulação não atendem necessariamente às lógicas aplicáveis a outras frações do capital, tais como o setor financeiro ou o capital industrial. Isto porque o tempo de circulação das “mercadorias” é também um elemento importante a ser considerado. Ocorre que a realização das mercadorias produzidas no âmbito do setor imobiliário requer um tempo maior de realização do valor (daí as vendas a crédito, por

---

<sup>9</sup> Segundo Botelho (2007), o setor imobiliário pode tornar-se “móvel”, em contexto de aceleração da circulação, através da circulação “(...) dos títulos de propriedade que a cada momento podem ser monetizados” (p.24).

<sup>10</sup> Conforme destacam Martins e Gomes (2007), na esteira de Marx, a terra em si não é capital.



exemplo). Todavia, passado o momento, se o capital não se realiza (o espaço é “armazenado”, sem ser transformado em capital), então perde-se a oportunidade. “Tempo é dinheiro!”, diz um ditado que se aplica ao capitalismo de uma forma geral. Essa lógica se aplica ao setor imobiliário, com a associação de outro dito popular: “fruta madura, não colhida no seu tempo, apodrece.”

Trata-se da realização do capital num átimo, envolvendo grandes somas em dinheiro. Não obstante, essa situação revela apenas uma das etapas do processo (e um dos segmentos do setor imobiliário). Antes dela há toda uma “pré-produção”, como na indústria. Primeiramente é preciso produzir o espaço, torná-lo habitável, desejável. Após a venda o círculo não se fecha, mas sim abre-se uma nova etapa no ciclo de acumulação (D – M – D’). Antes de matar a galinha dos ovos de ouro é preciso colher os ovos, até quando chegar o dia em que a galinha não puder produzir mais ovos.

A propósito das questões envolvendo os aspectos associados à circulação e realização do capital, Harvey (1990) sugere que o tempo é uma condição crucial e qualquer fracasso em manter a velocidade de circulação, através das fases de produção e realização, se converte em crise. Assim, uma crise não se dá somente porque não se vendeu uma mercadoria, mas também pode se dar porque uma mercadoria “caiu de podre”, ou melhor, não pode ser vendida no tempo adequado. Destarte, a velocidade de circulação é elemento buscado incessantemente, sobretudo no setor imobiliário.

*Existe, portanto, uma pressão considerável para acelerar a velocidade da circulação do capital, porque esta aceleração aumenta a soma dos valores produzidos e a taxa de ganho. (Harvey, 1990, p. 95, tradução nossa).*

Todavia, como se pode verificar com o crescimento e disseminação de diversas formas de financiamento do setor imobiliário, há diferentes formas de realização da mais-valia. Os financiamentos para famílias de baixa renda, a longo prazo, sugerem associações necessárias entre o setor financeiro e o imobiliário. Tais associações se apresentam, sobretudo, como necessidade de diminuir o tempo de retorno do capital investido.

Essas dinâmicas nos servem de suporte teórico para entendimento sobre as mudanças associadas ao município de Contagem, sobretudo a partir dos anos de 1980.

### **CONTAGEM À IMAGEM DOS “FRAGMENTOS TECTÔNICOS”**

As dinâmicas associadas à metropolização conduziram a um dos mais intensos processos de fragmentação conhecidos no conjunto da RMBH. Tal fragmentação tem o seu pontapé inicial com a implantação de uma nova centralidade na metrópole, a Cidade Industrial Coronel Juventino Dias, ou seja, a partir do final dos anos de 1940, intensificando-se na década

de 1970. Com esse novo centro (industrial), o centro administrativo (ou centro histórico), que até então era o foco de urbanização mais intensa no município, perde relevância e fica relativamente isolado. Posteriormente, com a instalação do Bairro Eldorado e através da abertura de algumas vias de acesso, como a Avenida João César de Oliveira, é que o antigo centro volta a integrar-se à vida metropolitana. Até então a principal via de ligação entre Belo Horizonte e o centro de Contagem era por uma estrada de terra, que mais tarde viria a se tornar a extensa Rua Rio Comprido, que liga hoje a regional Sede à Cidade Industrial.

Outras fragmentações se sucederam à acima mencionada. Contagem é uma cidade extremamente fragmentada. Contribui para isso, de início, a própria particularidade geográfica, qual seja, ela é cercada por diversos municípios que exercem influência sobre suas diversas regiões. O processo de industrialização contribuiu para agravar esse processo, de sorte que algumas de suas regiões foram assumindo características muito distintas, comparando-se com outros municípios de RMBH. Talvez com muito mais intensidade que nesses, algumas regiões parecem pertencer mais ao município limítrofe do que propriamente a Contagem.

Para discutirmos os processos de fragmentação, lançaremos mão de uma analogia, por ser útil para compreendermos as linhas de tensões existentes no município e que se combinam para produzir determinadas particularidades regionais. Trata-se da noção de tectonismo, que tomamos de empréstimo da geologia. De acordo com o princípio do tectonismo, forças contrárias tensionam as placas da crosta terrestre, de modo que tais placas são, ora empurradas ou esmagadas por forças exógenas, ora empurram e exercem força contrária, ou seja, esmagando outras placas por forças endógenas. Tal analogia nos auxilia a interpretar as dinâmicas associadas a algumas regiões de Contagem, as quais poderiam ser tomadas, a título de comparação, como se fossem “placas tectônicas”. Assim, as demarcações dos limites das placas podem coincidir, por vezes, com as grandes vias de circulação (avenidas, rodovias e ferrovias) presentes no município.

Isto posto, uma das primeiras áreas de tensão exógena corresponde às regiões dos bairros Nacional/Ressaca que são áreas de influência de Belo Horizonte. Verifica-se, sobretudo nessa área, um avanço da periferia de Belo Horizonte (Ferreira, 2002) e um isolamento com relação às três centralidades de Contagem. Em função da dificuldade de acesso a esses centros, o fluxo preferencial de pessoas se orienta para o centro de Belo Horizonte ou outras regiões daquele município. No passado não muito remoto, as regiões do Nacional e Ressaca não contavam senão com uma única via de acesso para os centros de Contagem e, para agravar essa

situação, a presença da rodovia BR 040 que separa aquela região dos referidos centros, contribuía para reforçar a situação de isolamento.

Outra área de tensão exógena é a região que compreende aos bairros Petrolândia e São Luís, a oeste do município. Tais bairros sofrem pressão vinda do município de Betim. Nessa área os fluxos de pessoas tendem a se orientar para o município vizinho, em função dos empregos gerados pelos segmentos de combustíveis (Petrobrás) e automobilístico. Além disso, como havíamos mencionado em relação às regiões do Ressaca/Nacional, há uma intensificação da segregação sócio-espacial nas áreas limítrofes. Somente uma pequena parcela da população dessas regiões está empregada nos setores da economia formal. Em contrapartida, a região do Petrolândia/São Luís vem sendo marcada pelo crescimento do comércio informal, além do número de pequenas lojas e atividades relacionadas ao setor de construção civil, como as fábricas de lajes. Ainda outro aspecto merece ser mencionado quanto a essa região: trata-se de uma região promissora para futuros loteamentos e construções de conjuntos habitacionais.

Duas outras regiões apresentam uma tendência inversa de “tectonismo”, ou seja, exercem sobre as demais uma força endógena. Trata-se das regiões do Eldorado, importante centro comercial do município, e o centro administrativo. A primeira atrai consideráveis fluxos de trabalhadores e serviços de diversas regiões de Contagem e municípios vizinhos. Recentemente, a abertura de um túnel que liga a região do Ressaca/Nacional à região do Eldorado, vem alterando os fluxos daquelas regiões, orientando-os para o Eldorado.

Outra região que exerce uma força de abertura da sua área é o centro administrativo, onde se encontra a sede do poder público municipal. Essa região havia ficado, até recentemente, em relativo isolamento face às outras regiões importantes do município ou mesmo os municípios vizinhos. Com a valorização imobiliária e a crescente demanda do setor imobiliário, também diversos loteamentos e construções vêm intensificando sua presença nessa região. Essa dinâmica já se apresenta como uma nova fase do processo de expansão que encontra relação com a produção dos espaços vazios na Cidade Industrial.

### ***OUTRAS DINÂMICAS DO SETOR INDUSTRIAL***

Durante décadas, a cidade seguia à dianteira dentro do cenário industrial mineiro. Esse caminho foi promissor até a década de 1970. No início deste período, em decorrência da Crise do Petróleo, o setor industrial sofre um dos primeiros impactos significativos. Outro impacto se deu com a chegada das novas áreas industriais de Belo Horizonte (como a área industrial da região do Barreiro) e, sobretudo, Betim que passaram a competir com o município. Quanto a Betim, verifica-se que o mesmo passou a polarizar diretamente com a cidade de Contagem.

Assim, em 1968 esse acolhe a Refinaria Gabriel Passos e em 1973 é a vez da chegada da Fiat. Não obstante, em que pese o fato de tais empreendimentos não terem sido instalados no município de Contagem, a chegada dos mesmos impulsionou a instalação de algumas empresas do complexo metalmeccânico, dentre as quais mencionamos a Krupp (Siderurgia), Isomonte (equipamentos industriais) e Poli-Heckel. (Simões; Oliveira; Amaral, 2006).

Com efeito, diante da nova configuração industrial na RMBH, o eixo industrial de Contagem sofre duas importantes mudanças. A primeira é o alargamento e segmentação das áreas industriais, com novas áreas que vão surgindo a partir da década de 1970. A primeira delas é o Centro Industrial de Contagem (Cinco), instituído a partir de 1972, pelo poder público municipal. Posteriormente, outras áreas foram estruturadas pela Prefeitura. São elas: “Cincão”, “Cinquinho” e Distrito Industrial Dr. Hélio Pentagna Guimarães, pólo moveleiro criado em 1998. Além das referidas áreas, outras também foram surgindo a partir de iniciativas privadas, como as áreas industriais dos bairros Inconfidentes e Riacho. Ainda outras áreas industriais foram recentemente instaladas e ainda não totalmente ocupadas, como é o caso do Distrito Industrial de Cotias e do Estaleiro. Há ainda uma nova área em implantação: o Distrito Industrial de Nova Contagem, bem como projetos de revitalização das antigas áreas.

A fase do surgimento dos novos “parques industriais” é associada também ao discurso em torno da problemática urbana, em que o tema da desocupação das áreas centrais aparece já com alguma força. Novos bairros vão surgindo e, nesse bojo, a separação entre moradia e trabalho/produção atinge outro patamar. A valorização do espaço exigirá uma disciplina das práticas espaciais, conforme sugere Martins (2007). Nesse contexto, mantêm-se o tom da segregação espacial, permitindo-se apenas que o periférico seja tolerado enquanto trabalhador ou consumidor.

*(...) periferizados são todos os que são tolerados apenas e tão-somente enquanto trabalhadores e/ou passantes, quiçá como consumidores, mas não mais como moradores. A realidade urbana é aberta para novos investimentos de capital, mas crescentemente fechada para a criação de relações sociais não mediadas pelas coisas. (Martins, 2007, p.16)*

Assim, novas estratégias do capital e novas contradições vão se apresentando. Logo, a dinâmica que produz, de um lado, um esvaziamento ou obsolescência de algumas áreas, produz, por outro lado, novas configurações espaciais. Assim, a multiplicação dos distritos industriais, a contínua fragmentação espacial, além da constituição de novas periferias e, por fim, a readequação do sistema viário, são aspectos que fazem parte do novo arranjo sócio-espacial da produção do espaço metropolitano. Destarte, longe de vermos apenas uma ponta

do processo e apontarmos aí uma perspectiva de pós-industrialização ou desindustrialização, poderíamos fazer girar nossa lente e buscarmos compreender o que vai mais além do que uma análise comparativa sobre a dinâmica dos setores econômicos.

Assim, a segunda mudança que acomete as áreas industriais de Contagem precisa ser entendida como uma nova dinâmica urbano-industrial que se apresenta a partir da década de 1990. Trata-se da desmontagem desses parques, ou a desmontagem dos modelos da “indústria velha” ou “suja”, marcada pelas imensas áreas reservadas para a produção, com os seus respectivos maquinários pesados, galpões, grandes áreas e também um grande contingente de trabalhadores. O capital flexível requer mobilidade a qualquer momento, logo, aquele instrumental relacionado ao anterior modelo industrial já não serve ao novo modo de produzir, menos Ford e mais Toyota, conforme considerações de Antunes (2002) em relação aos novos processos de produção. No lugar da velha indústria, apresenta-se a indústria “limpa”, com poucos empregados diretamente envolvidos, assim como um reduzido espaço de produção. Essa desmontagem irá se concretizar na alteração dos espaços dentro da metrópole. Se uma nova indústria é demandada, também um novo espaço será requerido.

O discurso que embasa essas mudanças é o da reestruturação produtiva. A indústria “de base limpa” ou “tecnológica” passa a ser sinônimo de eficiência. No âmbito desse discurso define-se o perfil ideal do trabalhador (o polivalente, qualificado) e do empresário que passa a utilizar dos termos: qualificação, qualidade total, estoque zero, *Just in Time*, controle de qualidade.

O momento é caracterizado por alguns autores como a fase da acumulação flexível de capital (Antunes, 1995). Na esteira dessa mudança no caráter da acumulação capitalista, o poder público, por sua vez, passa a conduzir intervenções urbanas para propiciar um escoamento da produção. Assim, fato associado a tais dinâmicas, o poder público inicia um processo de abertura de importantes vias de acesso, tais como a Via Expressa de Contagem e a dinamização de vias como a BR 040 e duplicação da Fernão Dias.

Este movimento acima mencionado é também caracterizado pela transformação das áreas industriais em novas áreas comerciais. Efetivamente, a implantação de alguns estabelecimentos do comércio e serviços no coração da Cidade Industrial significa mais do que a mobilização de estabelecimentos dentro do espaço urbano. Trata-se de uma mudança da ação e do discurso que tradicionalmente embalavam a elite mineira (Dulci, 1999).

Com efeito, os símbolos da “velha indústria” são, por ora, passíveis de serem “revitalizados” enquanto peças decorativas ou atrativos para outras formas de apropriação do espaço. Essa

reestruturação produz vazios nas áreas antes ocupadas pelas empresas de comércio e indústrias. O poder público é peça importante na caracterização das novas funcionalidades do espaço que outrora fora hegemônica pelo capital industrial (Martins; Gomes, 2009) e na produção de novos discursos e saberes referentes ao uso do espaço. Para tanto, o próprio poder público realiza o inventário dos chamados *Brownfields*, termo que se refere ao conjunto de imóveis e áreas obsoletas ou vazias. Tais áreas (ruínas) são tomadas como objeto para projetos de refuncionalização das áreas. A rigor, as discussões sobre o que fazer com esses espaços (áreas marrons ou áreas de inércia geográfica), a exemplo da formulação que encontramos em Martins e Gomes (2009) sobre o Estatuto da Cidade, são exemplos de saberes produzidos que ganham a força de verdades sobre o espaço urbano. Essas discussões se encontram, de alguma forma, incluídas nas estratégias urbanas de organização do espaço, levadas a cabo pelo município.

### **CRISE DO MODELO INDUSTRIAL**

Um dado estatístico parece-nos promissor para a análise da dinâmica envolvendo o setor industrial<sup>11</sup> de Contagem. Trata-se da redução da taxa de emprego formal relativo ao setor industrial. De modo a contemplar as transformações que se apresentaram na esteira da denominada “reestruturação produtiva”, que se inicia a partir de meados dos anos 1980, tomamos os dados a partir dessa data.

As informações sobre o volume de empregos formais para os grandes setores da economia (Tabela 1) revelam uma diminuição da participação da indústria na composição dos empregos formais. Paralelamente, houve no mesmo período, um crescimento considerável dos setores de comércio e serviços, que juntos representavam, em 2007, cerca de 66% dos empregos registrados no município.

Esses dados, caso sejam tomados de forma isolada, poderiam corroborar a noção tão frequentemente ventilada sobre a “desindustrialização”<sup>12</sup>. Com efeito, a partir da abertura de

---

<sup>11</sup> Conforme Castells (2002, p.476), com o advento do modelo informacional de produção, um novo espaço industrial se configura. Trata-se de um que “caracteriza-se pela capacidade organizacional e tecnológica de separar o processo produtivo em diferentes localizações, ao mesmo tempo em que reintegra sua unidade por meio de conexões de telecomunicações e da flexibilidade e precisão resultante da microeletrônica na fabricação de componentes”. Com efeito, há uma separação espacial entre trabalhadores altamente qualificados e os trabalhadores não qualificados, dedicados às tarefas rotineiras.

<sup>12</sup> Dentre os autores que trabalham com a tese da pós-industrialização ou desindustrialização ou ainda terceira modernidade, citemos Beck (1999) e Touraine (2002). Esses autores sustentam a ideia de que a globalização trouxe uma superação do modelo industrial de desenvolvimento vigente até os anos de 1970. Associadas a essas transformações estariam uma crise do nível de emprego, além de uma nova sociabilidade “pós-moderna”, com características distintas daquelas associadas ao padrão vigente na modernidade. Harvey (2004) e Castells (2002) apresentam um questionamento a essas teses.

um novo ciclo de crise do capitalismo, nos anos de 1970/1980, o mesmo precisou de alternativas que alterassem a curva declinante de lucratividade das empresas.

Tabela 1: Emprego Formal em Contagem – Grandes setores

SETOR	1986		2002		2006		2007	
	Emprego	Participação Relativa (%)	Emprego	Participação Relativa (%)	Emprego	Participação Relativa (%)	Emprego	Participação Relativa (%)
Indústria	41.419	50,8	32.692	28,5	42.583	27,67	34.843	20,15
Construção civil	3.038	3,7	4.655	4,1	7.316	4,75	20.781	12,02
Comercio	12.508	15,3	30.552	26,7	40.603	26,39	45.159	26,11
Serviços	24.502	30	46.046	40,2	62.161	40,4	70.865	40,98
Agropecuária, Extrativa Vegetal, Caça e Pesca	65	0,1	614	0,5	1.213	0,79	1.277	0,74
Total	81.552	100	114.559	100	153.876	100	172.925	100

Fonte: IBGE/MTE: 2006. - MTE/CAGED: dados de Fevereiro de 2007 - SEPLAN / PMC: dados de Fevereiro de 2006 a Fevereiro 2007. Elaboração do autor.

Conforme aponta Castells (2002), os capitalistas, por toda a década de 1980, passaram a optar preferencialmente pela abertura de novos mercados como forma recuperarem ou aumentarem a taxa de lucro. De acordo com aquele autor

*Por toda a década de 1980, houve investimentos tecnológicos maciços na infraestrutura de comunicações/informação que possibilitaram os movimentos de desregulamentação de mercados e de capital. As empresas e os setores que foram afetados diretamente por essa transformação drástica (como microeletrônica, microcomputadores, telecomunicações, instituições financeiras) tiveram um grande crescimento de produtividade e de lucratividade. Ao redor desse núcleo de novas empresas capitalistas dinâmicas globais e de redes auxiliares, camadas sucessivas de empresas e setores foram integradas ao novo sistema tecnológico ou gradualmente eliminadas. Assim, o movimento lento da produtividade em economias nacionais, considerando como um todo, pode esconder tendências contraditórias de crescimento explosivo de produtividade nos principais setores, declínio de empresas obsoletas e persistência de atividades de serviços de baixa produtividade. (Castells, 2002, p.139)*

Esses apontamentos são apropriados para considerarmos a dinâmica recente da economia de Contagem. Mas há ainda que considerar outro dado importante, que não é explorado por Castells, qual seja, há uma dinâmica de produção/realização do valor que perpassa todas as mudanças recentes. Com efeito, o declínio de um determinado setor ou empresa, abre, necessariamente, espaço para um novo mercado, uma nova forma de acumulação. Nosso argumento é que tal dinâmica merece uma atenção especial, já que nos permite avaliar as transformações do padrão de produção do espaço no município. Assim

sendo, a par da nova perspectiva de abertura de mercados, houve também uma especialização, o que se consubstanciou na formação de novas áreas industriais, e por vezes, o “abandono” das antigas indústrias (“sujas” ou áreas “marrons”, *brownsfields*), em função das novas indústrias, flexíveis e enxutas, além de novas áreas de valorização fundiária, bem como a constituição dos bolsões de pobreza, distanciados dos centros. Doravante, não é possível falar de economia municipal ou mesmo regional, sem levar em conta o movimento global e também a associação de capitais. Assim, não é o recurso do foco o que nos possibilita descrever as transformações econômicas na atual fase de acumulação do capital. É o recurso da visão panorâmica que se torna o meio mais acurado para perceber as mudanças na produção e formas de acumulação.

De tal modo, no momento considerado da década de 1980-1990, o que ocorreu em Contagem, Belo Horizonte e Betim, foi uma redistribuição regional dos segmentos do Capital, sendo que Betim especializou-se no segmento industrial e Belo Horizonte e Contagem especializaram-se no segmento de comércio e serviços. Essa especialização implica em mobilização de áreas para a instalação das respectivas atividades.

Grosso modo, houve uma redistribuição horizontal e uma vertical dos setores econômicos em Contagem. A horizontal é marcada precisamente pela redistribuição espacial das empresas, numa escala que vai do próprio município (formação de distritos industriais especializados), passando pelos municípios (Betim agregando as empresas de grande porte e maior arrecadação; Contagem agregando empresas de médio e pequeno porte, boa parte delas surgindo ou especializando-se para atender demandas dos setores automobilístico e petroquímico). Essa redistribuição horizontal, como numa espécie de espraiamento, pode chegar a outras cidades e países, com a possibilidade de uma empresa fabricar componentes que serão utilizados para a montagem de máquinas ou aparelhos, com o restante dos mesmos sendo fabricados em outra(s) parte(s) do mundo.

A redistribuição vertical se realiza com o fechamento de empresas ou fusões, além da apropriação dos espaços, antes reservado a fins industriais, para fins comerciais ou empreendimentos imobiliários. O que ocorre é um empilhamento ou justaposição de setores em áreas que antes estavam reservadas para um só setor.

Internamente, no próprio município, a distribuição horizontal se apresenta com a forte abertura de novos distritos industriais. Verticalmente, essas mudanças se apresentaram com o fechamento de empresas, incorporação e chegada de outros setores para áreas que anteriormente eram consideradas ou reservadas exclusivamente para a atividade industrial. Assim, os espaços vazios nas adjacências das áreas industriais ou nos próprios distritos



industriais passaram a ser redistribuídos para o segmento do comércio e imobiliário. De fato, não houve a passagem da forma de produção industrial para uma forma pós-industrial, conforme alguns autores vêm apontando.

É o que aponta Ferreira (2002). Segundo ele, a partir dos anos 2000, a Cidade Industrial Coronel Juventino Dias vem sofrendo uma gradativa alteração do seu perfil inicial. Empresas de comércio, bancos, administração pública federal, estadual e municipal já se instalaram ali. De acordo com ele, 1634 estabelecimentos são relacionados aos setores de comércio e serviços contra os 524 estabelecimentos da indústria. Outro dado relevante que o autor não explorou devidamente é a quantidade de galpões, fábricas e loteamentos vazios. Não obstante, essa situação já aparece devidamente registrada na sua análise sobre a crise do setor industrial, sobretudo com o fechamento de empresas de grande porte.

### **Ou desindustrialização?**

Essas mudanças do padrão industrial vêm sendo apontadas como o advento de uma nova etapa no padrão de acumulação capitalista, denominado de era da produção pós-industrial ou a desindustrialização. Uma das críticas dirigidas às teorias da desindustrialização ou pós-industrialização é apresentada por Castells (2002). Segundo ele, a chamada pós-industrialização não passa de um mito, uma interpretação confusa das dinâmicas que caracterizam aquilo que ele denomina de modelo de produção informacional.

*Grande parte da confusão provém da separação artificial entre as economias avançadas e as economias em desenvolvimento que, nas condições da globalização, fazem parte da mesma estrutura de produção. Assim, embora os analistas proclamassem a desindustrialização dos EUA, ou da Europa na década de 1980, simplesmente não levaram em conta o que estava acontecendo no resto do mundo. (Castells, 2002, p.268)*

Harvey (1990) é outro autor que se orienta numa direção distinta das teorias pós-industriais. A partir de alguns de seus escritos (Harvey 1990, 2004) podemos inferir também que o que houve ou o que está ainda em curso historicamente, é uma readequação capitalista para agilizar o ciclo do capital e, conseqüentemente, o retorno do valor em forma de lucro. Ele nos apresenta algumas pistas para compreendermos vários mecanismos que o capitalista aciona para fazer circular o capital e acelerar o retorno mais rápido do capital em forma de mercadorias. O que há é uma capacidade (e necessidade) do capital de se transformar/migrar de um estado para outro, de uma região para outra. Os dados de que dispomos não indicam a superação da chamada Contagem Industrial, já que há considerável número de estabelecimentos do setor. Tampouco não há motivos para afirmarmos que a cidade apresenta

o mesmo vigor industrial dos anos anteriores à reestruturação produtiva. Para entender as formulações ideológicas que subjazem às recentes transformações nos processos de mundialização do capital, valemo-nos também de algumas considerações de Harvey (2004). *Pari passu* às necessidades de remodelamento da forma de investimento, circulação, distribuição e efetivação do lucro, é comum aparecer formas de discursos que visam dar sustentação às transformações necessárias. Destarte, diversos autores saúdam a globalização, afirmando suas possibilidades a médio e longo prazo. Outros, de um modo pessimista, mas nem por isso menos comprometidos com a noção vigente de globalização, apresentam-na como um caminho inevitável. Do ponto de vista de Harvey (2004) as noções vigentes sobre globalização carregam um forte conteúdo ideológico.

### **COMO O CAPITAL IMOBILIÁRIO CRIA NOVOS DESEJOS E NECESSIDADES?**

Tendo em vista a mudança da matriz de produção do espaço urbano, as antigas áreas precisam passar por nova revalorização. Nesse sentido é que o Estado entra novamente para produzir/reproduzir as condições para a instalação de novas centralidades, viabilizando novas atividades ou preparando novas formas de uso. Com efeito, essa ação não se faz tão logo o espaço comece a se esvaziar. É preciso que a degradação chegue a seu termo, de forma que esta venha a cumprir o seu papel. Por vezes, conforme sugere Lefebvre (2002) é preciso promover o “apodrecimento”<sup>13</sup> do espaço para que sejam criadas as condições da própria reprodução do capitalismo.

Como mobilizar os espaços vazios? Além de resolver as velhas contradições associadas à propriedade da terra, é preciso criar novas formas de produção do espaço. Os espaços vazios precisam ser redefinidos tendo em vista a redefinição dos patamares de capitalização. Desde então, abrem-se possibilidades de se inserir noutros circuitos de valorização, como o comércio ou os chamados serviços. Aí entra a necessidade de criar novos desejos. Os discursos em torno da recuperação de áreas degradadas e ocupação de espaços vazios se apresenta. Muitos são aqueles que passam a demandar uma conduta ativa do poder público para recuperação dessas áreas. Não raro, o próprio poder público se apresenta para recuperar os espaços degradados, estruturando-os devidamente, com infraestrutura moderna, derrubando as ruínas ou incorporando-as às novas paisagens, sob a forma de monumentos.

Muitos são os agentes que se apresentam no sentido de exigir a intervenção do poder público para recuperar áreas degradadas. Diversos estudos são conduzidos, em diversas áreas

---

<sup>13</sup> O termo é utilizado por Lefebvre (2002). Ele é associado aos constantes movimentos de obsolescência espacial, fomentados pelo próprio Estado.

do conhecimento, ocasião em que, distanciando-se da cientificidade, os mesmos chegam a lamentar o atual estado de degradação, para, num esforço de conclusão, sugerir esta ou aquela ação a ser promovida pelos governantes e com os cofres públicos.

Todavia, ao empreender políticas de recuperação de áreas esvaziadas ou degradadas, o poder público inicia uma operação de transformação do espaço que é acalentada pelo capital. É que os capitalistas, muitas vezes, não estão dispostos a arcar pessoalmente com os custos da estruturação do espaço. Nesse caso, o Estado apresenta-se com pesadas somas de recursos e arca sozinho com os custos que, posteriormente, são divididos com os contribuintes. Tendo sido, enfim recuperadas tais áreas - dadas as condições básicas para a acumulação de capital - entra em cena o empreendimento capitalista. Nesse momento, o Estado pode retirar-se.

Harvey sugere que uma das contradições básicas do modelo de produção capitalista é que nele se precisa, ao mesmo tempo, produzir mercadorias para satisfazer as demandas atuais dos indivíduos, e, *pari passu*, já produzir novos desejos e necessidades, ou seja, a obsolescência programada das mercadorias. Ao realizar a mais-valia, já se deve contar com a demanda por novos produtos a serem produzidos. É essencial para a lógica de reprodução do capital que essa lógica se repita infinitamente.

Pode-se dizer que essa dinâmica é facilmente perceptível em se tratando de bens de consumo duráveis ou não duráveis. Assim, conforme Harvey (1990), se cada membro de uma sociedade capitalista é um “feliz possuidor de uma bicicleta”, o mercado ficará limitado, depois de algum tempo, a simplesmente repor peças para aquela mercadoria.

Se essa lógica é facilmente discernível com relação aos bens duráveis e não duráveis, o mesmo já não se pode dizer com relação aos bens imóveis. Aqui também ela se aplica, mas torna-se um pouco mais complexa, sobretudo porque a obsolescência destes produtos não é tão rápida quanto a daqueles. Tal fato, dificulta “a rotação do capital e o aumento da demanda do seu mercado” (Botelho, 2007, p.25). Não obstante, tal dificuldade aparente do mercado imobiliário é resolvida com a criação de “[...] um movimento constante de realocização, destruição e reconstrução no e do espaço.” (idem, p.26).

O Estado assume importância elementar nessa dinâmica.

*A legislação de regulamentação de usos do solo e do espaço público, o direcionamento de investimentos, a construção de infra-estrutura, e os planos de revalorização de áreas urbanas degradadas são alguns dos exemplos da atuação do Estado que tem por fim a valorização dos capitais aplicados no setor imobiliário, em particular, e do próprio capital, em geral. (Botelho, 2007, p. 27)*

Especificamente tratando o segmento imobiliário, bem como as suas interseções com outros setores, Botelho (2007) sugere que a produção do espaço ocorre em consonância com o Estado.

*(...) grandes operações de rearranjo espacial são levadas a cabo pelo Estado, em parceria com o capital, com a finalidade de criar novos espaços que sirvam a lógica da circulação do capital, como é o caso de algumas das Operações Urbanas de São Paulo (...). (Botelho, 2007, p.24).*

Vêm muito a propósito tais análises sugeridas por Adriano Botelho. Elas são úteis para compreendermos as partidas do jogo da produção do espaço metropolitano.

### **ANTIGOS PROBLEMAS. NOVAS PROMESSAS**

As contradições apresentadas no contexto da metropolização via industrialização se rearticulam ou, por vezes, se intensificam a partir de uma nova configuração que se apresenta a partir dos anos de 1990. Essa dinâmica que produz espaços vazios em determinadas áreas industriais, também produz novas frentes de expansão metropolitana, além da formação de novos distritos industriais em outras regiões da cidade. São dois lados da mesma moeda.

Houve um momento em que a concentração de atividades industriais num determinado espaço indicava uma possibilidade de auferir benefícios em função da localização relativa. Era precisamente o contexto das economias de localização ou economias de urbanização. Tais economias beneficiavam as indústrias que ali se instalavam, através do “(...) acesso a infraestrutura e meios de comunicação e transporte adequados, a existência de mão de obra e quadros técnicos qualificados, uma estrutura de reprodução de força de trabalho e consumo, etc.” (Botelho, 2007, p.30).

A instalação de estabelecimentos industriais na Cidade Industrial, num período que vai da década de 1940 até os anos de 1980 se inseria num contexto de concentração industrial visando as economias de localização. Conforme ressalta Diniz (1978), apesar da intensa campanha de atração dos empresários ligados ao setor industrial, inicialmente, os empresários apresentaram resistências para instalarem indústrias na Cidade Industrial. Até 1950, poucas empresas haviam se instalado naquela área. As maiores dificuldades apresentadas eram a ausência de mercado nas proximidades e o precário sistema viário que não interligava devidamente Belo Horizonte às grandes cidades do Brasil. Todavia, após a atuação do Estado garantindo incentivos fiscais e introduzindo a infraestrutura necessária, a concentração de atividades na Cidade Industrial já poderia beneficiar-se das economias de localização ou economias de urbanização.

Os empresários foram atraídos pela disponibilidade do fornecimento de energia elétrica, já que uma usina própria sanava uma deficiência de fornecimento verificada para a capital. A infraestrutura viária também passava a ser outro atrativo, com a abertura de importantes canais que retirava a capital do isolamento. E, por fim, a disponibilidade de mão de obra que se instalava nas adjacências da região industrial.

Nas etapas mais recentes, a concentração industrial começou a apresentar problemas para a reprodução do capital industrial. No lugar das economias de urbanização, a concentração transforma-se em deseconomias externas ou deseconomias de urbanização que nas palavras de Botelho (2007) são:

*(...) aspectos negativos resultantes da concentração de atividades industriais em um determinado ponto do território (como a poluição, a saturação da infra-estrutura, o alto custo dos terrenos, etc.). A partir dessas deseconomias, um processo de desconcentração das atividades produtivas, impulsionado também em parte pelas novas formas de gestão industrial, e pelo uso de novas tecnologias a partir da década de 1970, ganhou certo impulso. (Botelho, 2007 p. 30)*

Isso se apresenta num período em que o capital tornou-se mais fluido, donde os capitalistas visam não comprometer todo o seu capital com ambiente construído. Houve uma especialização de capitais no interior da classe capitalista. Uma porção do capital é empregada em capital fixo, outra busca realizar-se na produção, outra ainda na especulação financeira. Capital fixo pode ser um entrave para a realização da mais-valia no setor industrial. A modalidade de circulação pode encontrar problemas na concorrência. A adoção de tecnologia nova pode colocar a perder os investimentos de um empresário. Eis uma das contradições inerentes a um dos fundamentos da economia capitalista.

*A concorrência estimula os avanços tecnológicos, e estes levam a uma constante desvalorização do capital fixo. Sendo o ambiente construído, em parte, capital fixo, ele sofre também as desvalorizações recorrentes proporcionadas pelas transformações tecnológicas e organizacionais do capitalismo. (Botelho, 2007, p.29).*

A partir desse contexto, o capital se vê às voltas com o dilema do que fazer com os espaços associados à indústria. Há ainda a necessidade de resolver antigos problemas que voltam à tona, dentre os quais, a questão da propriedade da terra. Um desses problemas verificados na Cidade Industrial é a batalha de antigas famílias que reivindicam indenização pela desapropriação das fazendas Ferrugem e Peroba, em 1941 para a construção da Cidade Industrial (Castro, 2009).

Esta pendência judicial é indicativa de que antigos problemas associadas à propriedade da terra não foram resolvidos. De toda forma, são os novos capítulos da reprodução do espaço na Cidade Industrial, que precisarão solucionar antigos empecilhos que se colocam à realização

do capital, em sua perspectiva atual (Lefebvre, 2002). Essa configuração está sendo somente esboçada, por ora.

Na esteira das discussões sobre a necessidade de revitalização das antigas áreas industriais, apresenta-se, por conta do setor imobiliário, uma nova ocupação que já pode ser notada na Cidade Industrial. Se, num primeiro momento, a industrialização buscava expandir-se do centro para as áreas adjacentes, tal como pode ser demonstrado pela presença de indústrias diversas nos bairros fora da área planejada em 1941, mais recentemente uma tendência inversa vem se impondo. Trata-se de um impulso de fora para dentro, ou seja, dos loteamentos e áreas construídas nas franjas da Cidade Industrial. Nestas áreas já é significativa a presença de conjuntos habitacionais. Trata-se de uma tendência que se aponta, qual seja, a da mudança no uso do solo das áreas reservadas às indústrias. Não se trata de uma particularidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Essa tendência já pode ser notada em antigas áreas industriais ou bairros industriais do ABC Paulista, nas quais as cooperativas habitacionais vêm se instalando. (Botelho, 2007).

Desta forma, mudanças no uso do solo vêm sendo constatadas nas antigas áreas industriais, que passam a ter uso misto do solo, intercalando atividades residenciais, com comércio e indústrias.

## CONCLUSÕES

As ruínas da indústria em Contagem dão conta de processos produtivos desmobilizados, em função de novas dinâmicas. Elas contam a história e podem ser concebidas dentro daquilo que Milton Santos (1997) denominou de “rugosidades”. Essas “rugosidades” são abundantes em Contagem. É o caso das praças da Cidade Industrial, antes vistas como lugares de concentração dos trabalhadores, hoje, revitalizadas para se constituírem como lugares de passagem para o comércio local. Outro exemplo de reapropriação é o caso das Torres do Itaú Power, ruínas tombadas pelo Patrimônio Público que hoje servem de atrativo turístico para os frequentadores do Shopping Itaú Power. Outrora, as mesmas chaminés foram alvo de uma dura campanha empreendida pela população, em função da intensa poluição que dali emanava.. Essas montagens podem ser, portanto, percebidas na cidade. É ainda o caso do teleférico<sup>14</sup> e

---

<sup>14</sup> O minério utilizado na indústria de cimento Itaú provinha do município de Pedro Leopoldo e era transportado via teleférico daquele município até Contagem. As torres que serviam de suporte o teleférico ainda estão presentes no referido percurso.

dos galpões e máquinas abandonadas por toda a área industrial. Algumas dessas ruínas tornaram-se espaços de consumo.

Essas áreas vazias ou abandonadas, que anteriormente eram destinadas às diversas finalidades industriais, tornaram-se áreas de inércia geográfica, termo apresentado por Harvey (1990) e que é enfatizado em Martins e Gomes (2009)

*Especialmente nas metrópoles, não são raros os espaços que se encontram na situação definida por David Harvey como de inércia geográfica. São espaços considerados deteriorados, nos quais a infraestrutura correspondente a momentos da reprodução capitalista distintos do atual (quando, por exemplo, a industrialização propriamente dita reestruturou as cidades então existentes) encontra-se saturada (obsoleta até), dificultando, por exemplo, o fluxo de tudo e de todos em virtude de uma estrutura viária que se revelou subdimensionada a partir do momento em que a difusão do automóvel se aprofundou. A definição de usos do espaço, delimitando e articulando funções conforme o planejamento urbano, cristaliza níveis de adensamento, coeficientes de edificação e de aproveitamento dos terrenos... As propriedades imobiliárias, por sua vez, podem ser objeto de litígios, por comportar problemas de titulação, de heranças não resolvidas, inviabilizando assim sua mobilização, bem como podem se encontrar excessivamente desmembradas, ou ainda não parceladas... Enfim, para o reordenamento do espaço, para a sua modernização, o Estado é sempre requerido, na medida em que nele se reúnem meios e condições para a concertação e viabilização dos interesses envolvidos na (re)valorização do espaço, especialmente e sobretudo na redefinição dos patamares de capitalização das rendas fundiárias. (Martins; Gomes, 2009, p.7)*

Esse duplo movimento – o da constituição das áreas industriais e o das transformações das áreas industriais em áreas comerciais, serviços ou habitação – interessou-nos mais de perto. Muito embora o movimento do complicado xadrez ainda esteja sendo realizado, percebe-se a configuração de uma espacialidade demandada por outros fluxos do capitalismo. O segmento industrial segue ainda latente no município de Contagem, mas, a despeito do discurso do poder público, a região tem sido menos industrial.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daniela Lacerda de. Imprensa alternativa: a experiência do Jornal dos Bairros (1976-1981). Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de set. 2008.

ÂNGELO, Vitor Amorim. História e memória dos trotskistas brasileiros nas páginas do Em Tempo. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/Unicamp, 1995.

- ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.
- BECK, Ulrich. O que é globalização? Equívocos do globalismo. Respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BOTELHO, Adriano. O urbano em fragmentos. A produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.
- CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.
- CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- CASTRO, Marinella. Herdeiros de fazendas nos limites de BH e Contagem aguardam solução. Jornal Estado de Minas. Belo Horizonte, 25 mai. 2010.
- DINIZ, Clélio Campolina. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira. 1978. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Belo Horizonte.
- DULCI, Otavio Soares. Política e Recuperação econômica em Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- FERREIRA, Hamilton Moreira. A inserção de Contagem no contexto urbano da RMBH. Universidade Federal de Minas Gerais. 2002. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais. IGC.
- HARVEY, David. Espaços de Esperança. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARVEY, David. Los limites del capitalismo y la teoria marxista. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- HERNANDEZ, Ignacio. Memória Operária: cidade industrial, Contagem BH 1968/1978. Belo Horizonte: 1979.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- MAGALHÃES, Fabiano Rosa de. Estratégias de Rua: manifestações político-sindicais do Sindicato dos Bancários na Praça Sete de Belo Horizonte. 2008. 186f. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- MARTINS, José de Souza. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.
- MARTINS, Sérgio. Urbanização e violência: reflexões a partir do livro e do filme Cidade de Deus. Geographia. Niterói. Ano IX, n.18, p.33-54, dez. 2007.
- MARTINS, Sérgio Manuel Merêncio; GOMES, Gláucia Carvalho. A verdade que está no erro: a importância do Estatuto da Cidade para a (re)valorização do espaço. Revista da ANPEGE, n.5, p.123-139, 2009.
- NEVES, Magda de Almeida. Trabalho e Cidadania. As trabalhadoras de Contagem. Petrópolis: Vozes, 1995.



SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, Antonio Ozaí da. Esboço para a História da Esquerda no Brasil. Revista Espaço Acadêmico. n. 103, dez. 2009.

SIMÕES, R.; OLIVEIRA, A. M. H. C.; AMARAL, P. V. M.. Rede urbana metropolitana: uma análise da estrutura terciária de Belo Horizonte. Ensaios FEE. Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 471-514, out. 2006.

SINGER, Paul. O uso do solo na economia capitalista IN: MARICATO, Ermínia. A produção da casa e da cidade no Brasil industrial. Alfa e Ômega: São Paulo, 1982.

TOURAINE, Alain. Crítica da Modernidade. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.